

Sind-Saúde

Avenida Afonso Pena, 578 - 17º andar - Centro - Telefone: 3207-4800 - www.sindsaudemg.org.br

QUEREM ACABAR COM A FHEMIG

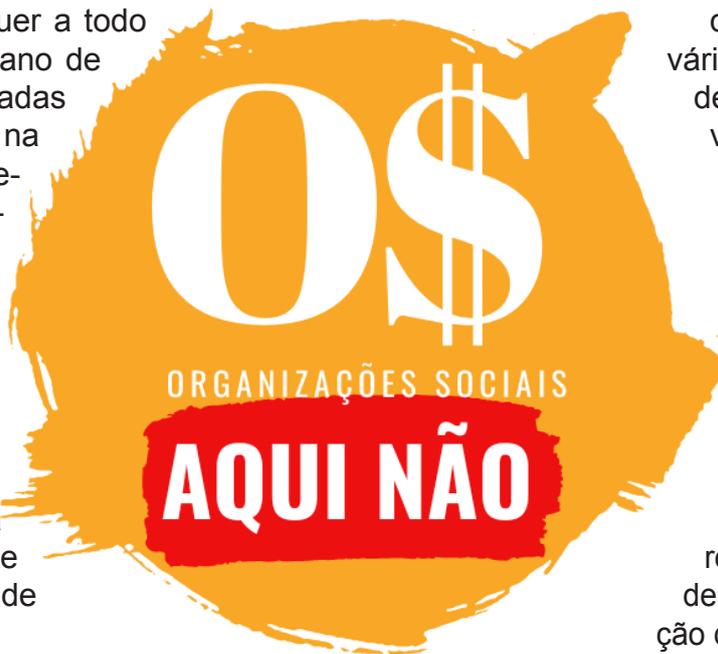
Modelo de Organizações Sociais não é solução e significa o desmonte da Saúde Pública

O governo Zema quer a todo custo avançar com o plano de implementar as chamadas Organizações Sociais na Fhemig. Nas últimas semanas a gestão apresentou o que seria uma proposta em algumas unidades da Fundação. A investida para entregar o maior complexo da América Latina nas mãos da iniciativa privada contraria o Ministério Público e o Conselho Estadual de Saúde (CES).

O CES/MG aprovou, no dia 14 de outubro de 2019, Resolução nº064 que recomendava a não implementação das OSs na rede Fhemig. O MPMG também impetrou ação civil pública com pedido de Tutela de urgência para impedir a Fhemig de entregar o Hospital Regional Antônio Dias (HRAD). À época, a Fundação já havia publicado o edital. Em resposta ao Ministério Público, a Justiça concedeu liminar suspendendo a licitação.

O argumento de que repassar a gestão da saúde pública para iniciativa privada poderia melhorar a qualidade do atendimento não sobrevive se constatar a realidade e os números de onde esse modelo já foi implementado. Em várias cidades e estados do país as chamadas OS foram implantadas e não deram certo.

As principais irregularidades são unânimes: atendimento precário, falta de medicamentos e equipamentos para exame, falta de pagamento de profissionais e fornecedores gerando interrupção de serviços, contratação de profissionais de forma irregular, superfaturamento na aquisição de materiais e contratação de serviços, acúmulo



de cargo e funções, como várias outras irregularidades de corrupção ativa e passiva, além da precarização do serviços e terceirização de servidores.

As principais críticas ao modelo de Organização Social que podem ser consideradas retrocessos à gestão da saúde são: inexistência de controle social, privatização do SUS e de receberem mais recursos do que as unidades geridas pela administração direta.

A estabilidade do servidor público e o concurso público como única via de acesso aos cargos públicos foram inscritos na Constituição Federal de 1988 como garantias contra o clientelismo e o fisiologismo. A impessoalidade e o interesse público são, assim, as razões da estabilidade do Regime Jurídico Único estatutário para que as políticas de Estado prevaleçam como direitos diante das políticas temporárias de favorecimento de eventuais governos e instituições privadas. Por não terem obrigatoriedade de obediência às normas de processos licitatórios para contratação de bens e serviços, inúmeros casos de escândalos envolvendo desvios de recursos públicos acontecem com as OSs.

O governo Zema, ao ser reeleito, está querendo acabar com a rede Fhemig, privatizando seus hospitais ao entregá-los para OSs. Essa é uma forma que o governo tem para transformar recursos públicos para os empresários do setor saúde.

É fundamental que nesse momento, os trabalhadores e trabalhadoras participem das mobilizações para impedir que o governo entregue a Fhemig para as OSs.

O FANTASMA EM OUTROS ESTADOS DO PAÍS



MATO GROSSO:

CPI POR FRAUDES



UBERLÂNDIA:

ATRASOS DE SALÁRIOS



GOIÁS:

CUSTOS AUMENTAM
E QUALIDADE CAI



FLORIANOPOLIS:

FALTA SERVIÇOS E
TRANSPARÊNCIA COM RECURSOS



TOCANTIS:

SEM ATENDIMENTO
ESPECIALIZADO



RIO DE JANEIRO:

GOVERNADOR CASSADO
POR DESVIO DE RECURSOS
NA SAÚDE



AMAZONIA:

MESADA DE 500MIL COM
DESVIO DE RECURSOS DA SAÚDE



PARAÍBA:

PREJUÍZOS
CAUSADOS AO ESTADO



SÃO PAULO:

CARO E POPULAÇÃO SEM ATENDIMENTO

PARA BARRAR!!

AUDIÊNCIA PÚBLICA VAI DISCUTIR SITUAÇÃO DA FHEMIG

Dia 21 de novembro (segunda-feira)

14 horas

Comissão de Participação Popular da ALMG

(Rua Gonçalves Dias, 30 - Santo Agostinho)

Participe!

